

Presidida por Sarney (2º à dir.), sessão especial abordou a saúde pública, tema da campanha deste ano da CNBB



Jane de Araújo/Agência Senado

Campanha da Fraternidade é homenageada pelo Senado 2

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.621 – Brasília, terça-feira, 20 de março de 2012



especial
Cidadania

Projeto Rondon: soluções para o interior com consciência cidadã 4 e 5



Projeto Rondon/Ministério da Defesa

Alunos de Passo Fundo (RS) constroem fossa séptica em Bacuri (MA)

Reportagem na TV sobre propina em hospital público repercute no Plenário

TV Globo mostrou flagrantes de esquema de desvio de verba. Senado-

res pediram investigação e cobraram leis que protejam o SUS. **3**

Senadores estudam soluções para o desenvolvimento de Sergipe 8

Genaldo Magalhães/Agência Senado

Sarney recebe Jobim para tratar de colegiado do pacto federativo 8



Governadores discutem combate à guerra fiscal

Juristas e representantes da indústria e de trabalhadores também debatem hoje e amanhã projeto que uniformiza ICMS nas operações interestaduais de importados

Cinco governadores participam hoje de debate conjunto das comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos

Econômicos sobre as reduções no ICMS que alguns estados dão para atrair bens e produtos estrangeiros. Em projeto analisado

pelo Senado, a batalha é apontada como uma das causas do sucateamento da indústria. Haverá debates também amanhã. **6**

Ação conciliadora pode garantir oportunidades no Oriente Médio

Defensor de soluções pacíficas para conflitos, Brasil pode aumentar presença na região, dizem analistas em audiência. **8**

MP sobre bens para pessoas com deficiência está na pauta 6



Moreira Mariz/Agência Senado

Collor (C) preside audiência da CRE: situação da Síria e do Irã em debate

Previdência complementar de servidores é criticada 7

Em audiência presidida por Paulo Paim (D), representantes do funcionalismo condenam projeto do governo sobre o tema



Carlos Matias (Unilegis), padre Luiz Carlos Dias (CNBB) e os senadores Sarney e Ferraz: país é 72º em investimentos na saúde

Sessão especial homenageia Campanha da Fraternidade

O tema deste ano, "Fraternidade e saúde pública", foi elogiado por senadores, que cobraram mais verbas e menos corrupção na saúde, enquanto a CNBB pediu maior participação popular no controle do setor

É URGENTE A necessidade de ampliação de investimentos na saúde pública, disse ontem Ricardo Ferraz (PMDB-ES), em sessão especial do Senado em homenagem à Campanha da Fraternidade de 2012.

— É impossível garantir a qualidade de um sistema de saúde dessa dimensão e dessa complexidade com investimentos da ordem de 3,5% do produto interno bruto [PIB] brasileiro. Num ranking feito pela Organização Mundial da Saúde [OMS], o Brasil, que é a sexta economia do planeta, fica abaixo de outros 71 países no quesito investimento público em saúde — afirmou o senador.

Ferraz foi o autor do requerimento para realização da sessão especial. A Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil (CNBB), tem como tema deste ano "Fraternidade e saúde pública", com o lema "Que a saúde se difunda sobre a terra".

— O tema confirma a sensibilidade social e o compromisso da Igreja Católica com a plena cidadania, renovado a cada ano em campanhas memoráveis em defesa da Amazônia e dos povos indígenas, como exemplo. É um convite à ação e à reflexão, dirigido a todos os cristãos — disse.

Mobilização

Ferraz destacou a capacidade de mobilização da campanha e o compromisso da CNBB com a promoção do desenvolvimento do país.

Na abertura da homenagem, o presidente do Senado, José Sarney, fez análise semelhante.

— A Campanha da Fraternidade de 2012, se estendendo por todas as paróquias do Brasil e levando a autoridade moral da Igreja, será um momento decisivo na consciência nacional em relação à saúde pública. A ela, não bastam palavras de louvor, mas, sim, a nossa adesão a essa grande causa — afirmou.

Em nome da CNBB, o padre Luiz Carlos Dias, secretário executivo da campanha, agradeceu a homenagem e reafirmou que "a saúde pública não vai bem", apesar de avanços como a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida.

O secretário enfatizou o empenho da Igreja Católica pela maior participação da população no controle externo da saúde, incentivando a atuação em conselhos municipais.

Universalização ainda é desafio, diz Sarney

O presidente do Senado afirmou durante a sessão especial de ontem que a universalização da saúde ainda é um desafio para o país.

— A Campanha da Fraternidade tem razão quando diz que o SUS [Sistema Único de Saúde] ainda não conseguiu ser implantado em sua totalidade e ainda não atende a contento, sobretudo os mais necessitados desse serviço. Infelizmente, nós lidamos com a ausência

de recursos e os investimentos não acontecem na escala necessária — disse.

Segundo José Sarney, apesar de a iniciativa para aprimorar o SUS ser de responsabilidade do Executivo, o Congresso não pode fugir à responsabilidade.

— São muitas as matérias que temos em debate aqui no Parlamento — afirmou.

Sarney lembrou as bandeiras da campanha, como redução da mortalidade infantil,

melhoria da saúde materna e combate a epidemias.

— São pontos tirados das Metas do Milênio, que, portanto, deveriam ser atingidos em 2015. Façamos todos um esforço para que tudo isso se torne uma realidade. O mais necessário, a meu ver, é mudar a regra de que os atendimentos dos serviços de saúde pública e de saúde privada estão muito distantes em qualidade — disse.

Para senadores, saúde sofre com a corrupção

Ao saudar a campanha da CNBB, senadores apontaram a corrupção como uma das principais causas da situação precária vivida nos hospitais públicos. Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o desvio de recursos tem impedido a estruturação dos serviços nos pequenos municípios, resultando na concentração de médicos nos grandes centros.

Pedro Simon (PMDB-RS)

comentou reportagem do *Fantástico*, da Rede Globo, mostrando esquema de fraudes em licitações em hospital público no Rio de Janeiro (*leia mais na página 3*).

— Lá fora, a dor e a tristeza estão estampadas nos rostos de quem, muitas vezes, está por um fio de vida. Lá dentro do hospital, entre quatro paredes, o deboche de quem parece não ter mais nem

mesmo um fio de ética e de humanidade — afirmou o senador, que pediu à presidente Dilma Rousseff para punir os responsáveis.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que saúde é também uma questão ética.

— Dependendo da sua renda, você pode ter uma vida mais longa ou uma vida mais curta. Essa imoralidade não pode continuar.

Clésio amplia bancada do PMDB para 19 membros

A bancada do PMDB no Senado conta agora com 19 integrantes. A filiação de Clésio Andrade (MG) foi oficializada na tarde de ontem, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

O ato fez parte de convenção extraordinária da sigla para as eleições de 2012. Estiveram presentes o vice-presidente da República,

Michel Temer; o presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp (RO); e os líderes do governo e do partido no Senado, Eduardo Braga (AM) e Renan Calheiros (AL), respectivamente.

Clésio estava sem partido desde dezembro, quando deixou o PR. Ele é presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e líder do Movimento Pró-Minas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Pauta trancada por MPs

14h A sessão é deliberativa. Duas medidas provisórias trancam a pauta de votação: uma institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e a outra abre crédito extraordinário para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Presidência Reunião com Nelson Jobim

10h30 O senador José Sarney recebe o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim; às 11h, o vice-presidente da CNBB, frei José Belisário, e o arcebispo emérito de São Paulo, cardeal Cláudio Hummes. Às 16h, preside a ordem do dia.

CAE Previdência dos servidores

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina, entre outros itens, proposta que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo.

CE Datas comemorativas

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte tem na pauta 60 projetos que criam novas datas comemorativas. Um deles institui o dia 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos.

CPI do Tráfico Prostituição na Namíbia

11h30 A comissão parlamentar de inquérito que investiga o tráfico de pessoas ouve o delegado da Polícia Federal Luis Vanderlei Pardi, sobre o caso das mulheres que seriam levadas à Namíbia por esquema de prostituição.

CDR Carteira de motorista para baixa renda

14h Na pauta de votação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que dispõe sobre o financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para pessoas de baixa renda.

CPI Violência contra a mulher

14h A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher promove audiência pública.

CCJ/CAE Audiência com governadores

14h Audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos para instruir o Projeto de Resolução 72/10. A proposta uniformiza a cobrança de ICMS para operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. Estão convidados os governadores de Goiás, Marconi Perillo; do Espírito Santo, Renato Casagrande; do Ceará, Cid Gomes; e de Santa Catarina, Raimundo Colombo.

CDH Estatuto da Juventude

14h O Estatuto da Juventude é tema de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Entre os convidados da audiência, a deputada federal Manuela d'Ávila (PCdoB-RS).

CMO Contas da Presidência

14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se no Plenário 2 da Câmara para examinar, entre outros assuntos, relatório sobre as contas da Presidência da República relativas a 2010.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Requião: proteção a governante que denuncia desvio

Roberto Requião (PMDB-PR) propôs a senadores e deputados que analisem a possibilidade de estender a imunidade parlamentar a governadores e prefeitos que denunciarem corrupção contra o patrimônio público.

Em pronunciamento no Plenário, o senador apresentou a ideia. A tese será examinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em processo contra o próprio Requião, por ter denunciado proposta de obra superfaturada no Paraná.

Requião explicou que há dois anos, quando era governador, duas “personalidades da República” o procuraram para propor a construção de um trecho de estrada de ferro que deveria ser feita pelo governo paranaense em parceria público-privada (PPP). A ideia deles, relatou o senador, era subir o custo da obra dos R\$ 150 milhões iniciais para R\$ 540 milhões.

Por achar o preço excessivo, Requião levou o caso a conhecimento da Presidência da República e da Casa Civil e o assunto foi encerrado. Meses depois, uma das “personalidades da República”, em entrevista a um jornal, acusou-o de ter recusado investimentos privados no estado.

— Diante dessa falsa acusação, eu expus o caso e convidei a personalidade para ir discutir o preço comigo diante da televisão. A resposta veio com um processo civil e criminal por crime contra a honra — afirmou o senador.



Roberto Requião afirma que foi processado por denunciar corrupção

Senadores repercutem reportagem sobre propina em licitações do SUS

Uma reportagem que foi ao ar domingo no *Fantástico*, da TV Globo, repercutiu no Senado. A gravação mostrava representantes de empresas que pretendiam fornecer serviços e suprimentos

para um hospital público do Rio de Janeiro prometendo propina ao jornalista, que se passava por gerente do hospital. Sem saber que estavam sendo filmados, eles disseram que fraudes são comuns nas compras feitas pelo

sistema público de saúde. Até 20% do dinheiro público seria desviado em propinas. Alvaro Dias pediu uma CPI. Walter Pinheiro disse que as compras do SUS precisam ser divulgadas na internet.



Walter Pinheiro questiona negociações feitas “às escondidas”

Pinheiro diz que toda compra do SUS precisa estar na internet

O senador Walter Pinheiro (PT-BA), em discurso ontem no Plenário, defendeu a adoção de medidas urgentes para dar mais transparência aos gastos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na avaliação do senador, a corrupção na rede pública de saúde será reduzida consideravelmente com a divulgação na internet de informações a respeito das licitações e das compras realizadas pelos hospitais públicos.

Walter Pinheiro lembrou que a divulgação na internet de informações sobre licitações públicas já está prevista na Lei de Acesso à Informação, que foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no final do ano passado.

— Por que um servidor público tem que tratar às escondidas com fornecedores do serviço público? Por que aquilo não pode ser pela rede mundial de computadores? Não é público? Não é dinheiro público? Por que aquilo não pode ser anunciado? — questionou.



Senador diz que CPI não será contra governo, mas a favor do povo

Alvaro Dias pede CPI para investigar as denúncias de corrupção

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção. Segundo ele, a reportagem da TV Globo mostrou que o problema da saúde pública não é de dinheiro, mas de eficiência de gestão e de desvio de recursos públicos.

— Como não instalar a CPI? Como aceitar passivamente que assaltem os brasileiros? Uma das funções do Legislativo é fiscalizar o Executivo — argumentou.

Alvaro Dias explicou que a ideia é criar uma CPI mista, mas ressaltou que, se a comissão não for instalada no Congresso Nacional, vai tentar uma CPI no Senado.

Ele disse que, em média, R\$ 255 milhões são desviados por ano da área de saúde, conforme levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

— Não será uma CPI da oposição ou contra o governo. Será uma comissão a favor do povo brasileiro — afirmou.



Para líder do governo, é necessária a “punição exemplar” dos envolvidos

CPI não é solução para desvios na saúde, afirma Eduardo Braga

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que a criação de uma CPI não resolveria os problemas de corrupção na área da saúde. A declaração se seguiu ao início da movimentação da oposição para colher assinaturas para a criação da comissão de inquérito.

— Já houve, no passado, CPIs sobre esse tema. O que nós precisamos, efetivamente, é punir de forma exemplar aqueles que foram pegos praticando malfeitos — disse.

O líder afirmou que o combate à corrupção é um compromisso da presidente Dilma Rousseff.

— É sempre muito importante que as instituições de fiscalização, de controle, de comando do governo possam estar atentas aos malfeitos, e a presidenta Dilma tem dado uma demonstração inequívoca de que não tem compromisso com malfeito.

O senador também fez elogios à ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que “já obteve várias vitórias na interlocução com o Congresso”.



Senador pede articulação entre Câmara e Senado para aprovar leis

Congresso precisa aprovar leis para salvar o SUS, defende Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu a aprovação de projetos que tramitam no Congresso para melhorar a gestão do setor de saúde.

Ele sugeriu que o Senado articule com a Câmara a criação de comissão para estudar as propostas, em sintonia com o Ministério da Saúde e o Poder Judiciário

— É preciso aprovar uma lei que possa ser chamada de Estatuto da Saúde, para poder salvar o SUS [Sistema Único de Saúde] — afirmou.

Segundo o senador, quando se discutia a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Senado, em 2007, ele já afirmava que o problema da saúde não era a falta de dinheiro, mas a “falta de vergonha na cara” e a má administração de recursos.

— A pessoa que rouba comete um grande crime, mas a que rouba dinheiro da saúde pública comete crime hediondo, pois tira vida das pessoas, tira a oportunidade de terem uma consulta, um remédio, e são justamente as pessoas mais pobres.

Reforma administrativa do Senado deve ser votada amanhã

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar amanhã a proposta de reforma administrativa do Senado (PRS 96/09).

Na última reunião, a discussão foi interrompida por pedido de vista coletivo depois que o relator, Benedito de Lira (PP-AL), apresentou

atualização do substitutivo entregue à comissão em dezembro.

Autor do substitutivo, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apontou a necessidade de comparar os dois textos:

— Tendo em vista as profundas mudanças feitas, eu peço vista para que possamos

fazer uma avaliação detida.

Segundo Benedito de Lira, o Senado poderá cortar despesas anuais de até R\$ 140 milhões com a reforma. Ele confirmou que, para atender às demandas de diversos setores, foi necessário reduzir entre R\$ 8 milhões e R\$ 10 milhões o tamanho do corte

anteriormente projetado:

— É insignificante em relação ao que a proposta vai economizar para o Senado.

As alterações foram feitas após o exame de 48 emendas ao projeto apresentadas por integrantes da CCJ.

Ciro Nogueira (PP-PI), por exemplo, sugeriu o

restabelecimento de 13 cargos em comissão (de livre nomeação) para os gabinetes das lideranças partidárias e dos membros da Mesa, fora a Presidência e a Primeira-Secretaria. Foram mantidos oito cargos, o dobro do previsto no substitutivo apresentado em dezembro.

Projeto Rondon aproxima realidades nacionais

Um projeto acadêmico baseado na ação voluntária de professores e estudantes que pretende levar soluções para comunidades carentes. Assim é o Projeto Rondon, criado há 45 anos, em uma

época em que nem se conhecia a realidade das populações a serem atendidas e relançado nos tempos atuais, de maior presença de políticas sociais do governo. O projeto mantém o espírito de intercâmbio de futuros

profissionais com uma realidade distante do desenvolvimento dos centros urbanos, oferecendo oportunidade de desenvolvimento pessoal e de formação mais cidadã. Senado tratou do tema em audiência pública.

Rondonistas atuam em articulação com políticas sociais

André Falcão

Relançado em 2005, o Projeto Rondon leva, sob coordenação do Ministério da Defesa, iniciativas de intervenção social executadas por estudantes universitários a comunidades carentes em vários locais do país, escolhidos com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou no seu isolamento.

Há diversas áreas de atuação, desde saúde e educação até economia e justiça. Os projetos são elaborados pelas universidades, que se submetem a concorrência grande: a última seleção contou com 500 proposições e apenas 120 aprovados.

A próxima etapa ocorre em julho no Pará e Tocantins e as inscrições podem ser feitas até 30 de março (veja em *Como participar*).

O vice-almirante Edlander Santos, coordenador-geral do projeto, destaca o caráter acadêmico e lembra que o Projeto Rondon não é um instrumento finalístico de políticas sociais, mas interage com elas, mesmo porque cada projeto só dura duas semanas.

— No passado, o projeto era mais assistencialista. Levava um pouco de alento a populações em localidades remotas e nem sequer se conhecia a realidade delas como se conhece hoje — pondera.

Essa talvez seja a maior diferença entre o projeto em sua origem e nos dias atuais. Segundo Santos, os projetos agora trabalham com líderes comunitários e agentes multiplicadores para deixar resultados mais permanentes.

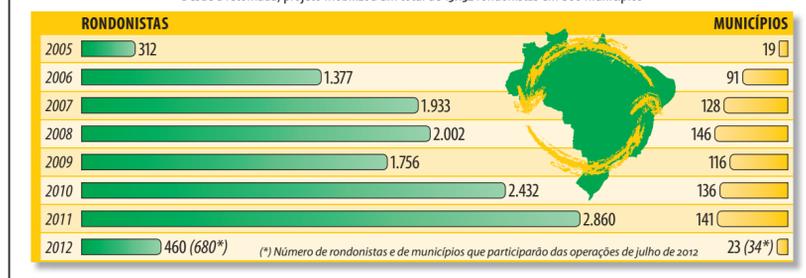
O Projeto Rondon é executado pelos estudantes durante as férias de janeiro e julho, mas seu planejamento começa bem antes. Primeiramente, é feito levantamento de municípios com baixo IDH e das necessidades logísticas. Logo após, representante do projeto visita os municípios selecionados para verificar se as ações atendem às reais necessidades da região. Ele informa à prefeitura e às lideranças locais as possibilidades e limitações da atuação dos rondonistas, bem como a necessidade de contrapartida do município e a se há interesse em aderir ao projeto. Em seguida, é lançado convite às instituições de ensino superior (IES), que devem apresentar plano de trabalho. A seleção é feita por comissão especialmente designada com base em critérios de excelência e qualidade



Oficina de compostagem em Amarante do Maranhão (MA): contribuição para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes

Números alcançados

Desde a retomada, projeto mobilizou um total de 13.132 rondonistas em 800 municípios



Fonte: Projeto Rondon

acadêmica das IES e o mérito, a pertinência e a possibilidade de execução do plano.

Uma vez selecionadas as IES, os professores que coordenarão as equipes visitam os municípios para acertar com autoridades locais as ações que serão realizadas e é definido o apoio logístico (alojamento, alimentação e transporte no município) que será oferecido aos rondonistas. As equipes são compostas por

dois professores e oito alunos de áreas diversas, pois a abordagem é sempre multidisciplinar. Cada estudante pode participar uma única vez.

Para o vice-almirante, mais importante do que o serviço prestado é o fortalecimento da consciência cidadã.

— Escutei dos universitários que foi a grande experiência da vida deles, como foram surpreendidos pelo trabalho que realizaram,

como foram tocados.

Para o coordenador, o Projeto Rondon é capaz de criar vínculos com a comunidade que podem ser aprofundados em projetos próprios de cada universidade. Ele acredita que o futuro do projeto é o seu crescimento, com mais recursos orçamentários.

— Ele evoluirá de acordo com o desenvolvimento do país e com os resultados das políticas sociais — prevê.

Abordagem multidisciplinar é atrativo para novos alunos

A Universidade de Brasília (UnB) criou o Núcleo do Projeto Rondon como desdobramento de sua atuação no projeto e hoje também promove atividades próprias com o mesmo espírito.

O coordenador do núcleo, professor Antonio Carlos dos Anjos Filho, explica que as atividades têm origem na disciplina Construção de Projetos Sociais Multidisciplinares. Apesar de ser opcional, ou seja, não ser exigida para a conclusão de nenhum curso, a matéria tem todas as 400 vagas preenchidas nos primeiros dias de oferta.

— Nos primeiros 15 dias em sala de aula, os estudantes se perdem um pouco, pois a abordagem é diferente das disciplinas normais — explica Antonio Carlos.

Segundo ele, a disciplina procura desenvolver entre os estudantes a capacidade de resolver problemas no campo que nem sempre são antecipados pelo planejamento. A chave é a abordagem multidisciplinar, que desperta o interesse dos alunos pelas atividades.

Na disciplina, são selecionados os alunos que participam das ações do Projeto Rondon desenvolvidas pela UnB. Todos os matriculados, no entanto, têm oportunidade de fazer trabalho de campo, em ações próprias da UnB que geralmente acontecem aos sábados com a realização de oficinas em comunidades do Distrito Federal e proximidades.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes nas comunidades têm foco em problemas específicos, como saúde ou educação, mas são multidisciplinares, o que dá aos participantes a oportunidade de conhecer melhor a

área de atuação de seus colegas de outras faculdades. Em um projeto de saúde, por exemplo, os estudantes fazem medições e pesagens ou exames de vista, identificam famílias em situações de maior vulnerabilidade e encaminham pessoas para atendimento pela Secretaria de Saúde.

Na área de economia, ensinam crianças a lidar com valores monetários e a compreender as economias de suas casas. Para Antonio Carlos, no entanto, o mais importante é conseguir “uma abordagem carinhosa, para obter dados e diagnosticar problemas e encaminhar soluções, achar caminhos possíveis”.

Durante o curso, identificam-se as capacidades de lidar com a comunidade e de estabelecer compromissos. Todos os projetos são feitos pelos próprios estudantes, e o coordenador explica que sempre procura maior integração com a realidade local.

Os alunos em trabalho de campo dormem em alojamentos nas escolas e comem a comida feita por merendeiras, relata Antonio Carlos, destacando o desenvolvimento pessoal e da capacidade de colaborar e trabalhar em equipe que a experiência proporciona aos alunos. “Eles aprendem a ter compromissos e responsabilidade com as coisas; serão profissionais competentes e envolvidos com a realidade”, avalia o professor. “O Projeto Rondon tem que ser acadêmico e não uma simples aventura de férias”, conclui.

O trabalho dos professores no Núcleo do Projeto Rondon é voluntário, realizado além de suas cargas horárias regulares.



Ação de universitários rondonistas da UnB em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)

Comissão de Educação debateu necessidades do programa

A Comissão de Educação (CE) realizou audiência pública em agosto de 2011 que tratou da ampliação do Projeto Rondon. A audiência foi realizada por iniciativa de Alvaro Dias (PSDB-PR), que, na ocasião, lembrou a necessidade de tomar mais conhecido o projeto, criado com o objetivo de levar estudantes universitários aos estados mais pobres do país.

Alvaro destacou a importância de o Congresso voltar a discutir iniciativas como o Projeto Rondon, estimulando os parlamentares a oferecerem emendas que possam viabilizar sua expansão e aperfeiçoamento.

“Promovemos um bom debate sobre tão importante projeto, como o Rondon, que desde 1967 realiza várias ações de cidadania,

bem-estar, gestão pública e desenvolvimento local e sustentável. Salientei na audiência que o Congresso precisa estar atento às necessidades do programa e avaliar se as Forças Armadas dispõem de recursos e instrumentos necessários para que possa estender sua abrangência entre os estados e municípios brasileiros”, relata o senador. Durante a audiência, Alvaro

Dias recebeu o apoio de Paulo Bauer (PSDB-SC), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Valdir Raupp (PMDB-RO). Os parlamentares destacaram a importância do Projeto Rondon e o grande interesse e entusiasmo que desperta entre os estudantes, ajudando-os a conhecer melhor a realidade do país e estimulando atitude cidadã em suas futuras carreiras.

Iniciativa tem natureza acadêmica desde a origem

O Projeto Rondon foi criado em 1967, quando o professor Wilson Choeri, da antiga Universidade do Estado da Guanabara (hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro), procurou o Ministério do Interior para que o apoiasse em uma proposta de estágio para grupo de alunos junto ao 5º Batalhão de Engenharia e Operações. A ideia evoluiu e em junho daquele ano grupo de 30 universitários do Rio de Janeiro, coordenado pelo professor Omir Fontoura, foi a Rondônia, onde permaneceu por 28 dias em atividades de levantamento, pesquisa e assistência médica na região, naquela que ficou conhecida por Operação Zero.

A boa repercussão do trabalho, inclusive na imprensa, levou à institucionalização do Projeto Rondon, assim denominado por sugestão dos primeiros participantes, em homenagem ao Marechal Cândido Rondon (*leia mais no quadro ao lado*). Com forte atuação na região amazônica, o projeto adotou o lema “Integrar para não entregar”, influenciado por sentimentos nacionalistas em reação a propostas de internacionalização da Amazônia que surgiram à época.

Em 1970, o Projeto Rondon foi oficializado como

órgão da administração direta, subordinado ao Ministério do Interior, passando a ter autonomia administrativa e financeira. Em 1977, foi transformado em fundação e passou a captar recursos de incentivos fiscais por fundo próprio. O projeto contava com estruturas descentralizadas, os *campi* universitários avançados, e chegou a dispor de aeronaves próprias. Até 1989, cerca de 350 mil estudantes e 13 mil professores haviam participado de atividades do projeto. Em 1989, foi extinto oficialmente, fato que pode ser atribuído à sua forte vinculação às políticas dos militares do período de ditadura recém-encerrado.

Os ex-integrantes do projeto resolveram criar a Associação Nacional dos Rondonistas, organização não governamental mais tarde transformada em organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) e em funcionamento até hoje.

O projeto foi relançado em janeiro de 2005, após o governo federal acatar proposição da União Nacional dos Estudantes (UNE). Cerca de 200 rondonistas participaram no estado do Amazonas de operação que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura.



Domínio Público

O reconhecimento da obra militar e sertanista do brasileiro Cândido Mariano da Silva Rondon extrapou as fronteiras do Brasil. Ele teve seu nome escrito em letras de ouro maciço no livro da Sociedade de Geografia de Nova York, como o explorador que penetrou mais profundamente em terras tropicais, ao lado de outros imortais como Amundsen e Peary, descobridores dos polos Sul e Norte; e Charcot e Byrd, exploradores que mais profundamente penetraram em terras árticas e antárticas.

Saiba mais

Portal do Projeto Rondon no Ministério da Defesa
www.projektorondon.pagina-oficial.com

Portal da Organização Projeto Rondon
www.projektorondon.org.br

Núcleo do Projeto Rondon na UnB
www.rondon.unb.br

União Nacional dos Estudantes
www.une.org.br

Como participar

Universidades
Estão abertas as inscrições para apresentação de projetos pelas instituições de ensino superior interessadas. As próximas operações serão em julho nos estados do Pará e Tocantins. O edital de convite está disponível no site do projeto no Ministério da Defesa. O prazo para apresentação de propostas é 30 de março.
► <http://bit.ly/RondonUniversidades>

Estudantes
Os estudantes interessados deverão procurar os deканatos de extensão ou similares de suas universidades. O site da União Nacional dos Estudantes destaca as atividades realizadas em várias instituições de ensino. Só podem participar das operações maiores de 18 anos.
► <http://bit.ly/RondonEstudantes>

Confira outras edições do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Governadores, juristas, industriais e sindicalistas vão discutir uniformização da alíquota de ICMS sobre mercadorias e bens importados

Senado debate hoje e amanhã projeto para pôr fim à guerra fiscal

AS COMISSÕES DE Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ) farão audiências públicas hoje e amanhã sobre o projeto que uniformiza a cobrança de ICMS para operações interestaduais com bens e mercadorias importados (PRS 72/10). A proposta, de Romero Jucá (PMDB-RR), tem o objetivo de dar fim à guerra fiscal entre estados e desestimular as importações. Ao justificar o texto, Jucá aponta o processo de desindustrialização decorrente dos incentivos fiscais para importados.

Participarão do debate de hoje os governadores Marconi Perillo (Goiás), Raimundo Colombo (Santa Catarina), Renato Casagrande (Espírito Santo), Cid Gomes (Ceará) e Simão Jatene (Pará). Também foram convidados o secretário

executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; e o presidente da CUT, Artur Henrique; além do advogado Hamilton Dias de Souza e do consultor Clóvis Panzarini.

O segundo debate terá o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso; o presidente da Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecção, Aguinaldo Diniz Filho; o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP); o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, Luiz Aubert Neto;

o conselheiro do Instituto Aço Brasil Jorge Gerdau; e o economista Luis Paulo Rosenberg; além dos juristas Luís Roberto Barroso e Roque Carrazza.

Atualmente, em operações interestaduais, as receitas de ICMS são partilhadas entre os estados de origem e de destino. Isso abrange os importados, sendo seu estado de origem aquele pelo qual tais produtos chegam ao país.

Para aquecer as economias, alguns estados reduziram o ICMS sobre importados, atraindo empresas especializadas em comprar produtos estrangeiros para revenda (*tradings*) e produtores que precisam importar maquinários e outros bens de produção.

Incentivos para importados têm sido apontados como sucateadores da indústria nacional

A prática tem sido apontada pelo setor industrial como uma das causas do sucateamento da indústria nacional. O PRS 72/10, diz Jucá, reverteria a situação, ao determinar que a tributação de ICMS de importados ocorra exclusivamente no estado em que se der o consumo. Estão em discussão compensações econômicas que amenizem a perda de arrecadação nos estados onde há incentivos.

A versão atual do projeto, em análise na CCJ, estabelece a redução gradativa das alíquotas do ICMS para 2% até 2015, mas o governo já sinalizou que pretende fixar a alíquota do ICMS em 4%, sem período de transição, já em 2012.

A audiência hoje começa às 14h na sala 3 da Ala Alexandre Costa. Amanhã será na sala 19 da mesma ala, também às 14h.



Cristovam: educação traz tecnologia

Competitividade depende da educação, afirma Cristovam

O câmbio supervalorizado, segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), é erroneamente apontado pelo governo e pela maioria dos empresários e economistas como a razão fundamental da perda de competitividade da indústria. Segundo o senador, há outro grande problema, sobretudo em médio e longo prazos: as deficiências que poderiam ser superadas com a educação.

— O problema não é conjuntural, mas estrutural, de como fazer, o que fazer. O problema da competitividade envolve a produtividade e a criatividade, áreas em que o Brasil está fracassando. Educação gera ciência e tecnologia, capazes de aumentar a produtividade e de garantir criatividade na indústria — disse.

Para Cristovam, prefeitos e governadores deveriam pensar em saídas para conseguir pagar o piso salarial aos professores, fixado em R\$ 1.451. Uma das opções seria reduzir os gastos com câmaras municipais, assembleias legislativas e Congresso.

Outra opção, segundo o senador, seria aumentar o número de alunos, já que o valor total do Fundo de Desenvolvimento da Educação de Base (Fundeb) e do reajuste do piso é relacionado ao número de matrículas nas escolas.

Se as medidas não forem suficientes, a saída sugerida por Cristovam é transferir as escolas para a União.

— Quando um banco entra em crise, o governo federal adota aquele banco. Por que, quando uma escola entra em crise, o governo federal não a adota? — questionou.

Líder do governo espera desobstruir a pauta

O novo líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), prevê para a tarde de hoje a votação da Medida Provisória (MP) 547/11, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

A proposta, que também autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres, tranca a pauta do Senado desde a semana passada.

— Nós estávamos justamente exaurindo o diálogo e o entendimento para que pudéssemos ir de forma consensual. E eu espero que amanhã [hoje] aproveemos a primeira MP sob nova direção, diria eu, na área de defesa civil — afirmou Eduardo Braga.

De acordo com o senador, foi impossível votá-la na semana passada não só por causa da mudança na liderança

do governo, com sua escolha para o lugar de Romero Jucá (PMDB-RR), mas também porque havia “uma série de questões em andamento que precisavam ser conversadas pelo Parlamento”.

Outras duas medidas provisórias trancam a pauta do Plenário. Uma delas abre crédito extraordinário para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e

Emprego (Pronatec). Essa proposta perde a eficácia no dia 8 de abril.

A segunda tem o objetivo de facilitar financiamentos para a compra de bens e serviços de tecnologia destinados a pessoas com deficiência. A vigência vai até 26 de abril.

A medida autoriza a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais quando rea-

lizarem operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços da chamada tecnologia assistiva, destinados a pessoas com deficiência.

A subvenção ficará limitada a R\$ 25 milhões por ano. No entanto, o valor poderá ser aumentado em anos seguintes, caso o acréscimo esteja previsto na peça orçamentária.

Basquetebol em cadeiras de rodas: MP facilita financiamento a compra de bens de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência



CBBC Brasil

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Para Randolfe, há excessiva pressão na discussão do projeto no Senado

Funpresp repete proposta de FHC, diz Randolfe

O projeto que cria a Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais foi criticado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Para o senador, a proposta “é uma reedição sem mudanças” do projeto encaminhado pelo governo Fernando Henrique ao Congresso em 1999, que chegou a tramitar na Câmara dos Deputados, sem ter a análise concluída.

— Trata-se de um projeto ruim para o país, que nada acrescenta aos servidores atuais e é terrível para os novos. Assim como no Reino Unido e nos Estados Unidos, quem se beneficiará da criação dos fundos será o setor financeiro. Será um jogo de risco: só se o fundo tiver lucro, o servidor terá a aposentadoria prevista.

Randolfe disse esperar dos parlamentares petistas posição contrária à proposta.

Matéria tramita com urgência em três comissões

O projeto da Funpresp tramita em regime de urgência, com análise simultânea em três comissões: a própria CAS e as de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sem realizar debate prévio, a CAE já pautou o exame da matéria para a reunião de hoje. Na CCJ e na CAS, não há previsão de análise.

As comissões têm até a próxima terça-feira para votar parecer à proposta. O relator nas três é José Pimentel (PT-CE).

Mudanças previstas

Serão criados **três fundos**: Executivo, Legislativo e Judiciário

A União fará aportes iniciais:

- Funpresp-Exe: R\$ 50 milhões
- Funpresp-Leg: R\$ 25 milhões
- Funpresp-Jud: R\$ 25 milhões

Lei só atingirá **novos servidores**

Atuais servidores poderão **optar** pelo novo sistema nos dois primeiros anos

R\$ 3.916,20 será o teto de benefício pago pela Previdência Social

A contribuição à Previdência será de **11%**, limitada ao teto

Para receber **acima disso**, servidor deverá **contribuir** com o novo fundo

A contribuição ao fundo é **opcional e variável** e terá **contrapartida da União**, no mesmo percentual, limitada a **8,5%**

Quem ganha **até R\$ 3.916,20** poderá contribuir, mas sem contrapartida

Contribuição **não garante paridade** com salários dos servidores da ativa

Audiência conjunta discutiu o projeto, que tramita em regime de urgência no Senado depois de ter sido aprovado na Câmara

Servidores consideram previdência complementar um negócio de risco

A PROPOSTA DO governo de criar a Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Funpresp) foi criticada ontem na audiência conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH), sob coordenação de Paulo Paim (PT-RS).

Em um encontro que durou mais de seis horas, 15 representantes de diferentes segmentos do funcionalismo foram unânimes em condenar a iniciativa prevista no PLC 2/12, que tramita em regime de urgência no Senado, depois de ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados. A proposta do Executivo institui a previdência complementar para os servidores civis da União e aplica o limite de aposentadoria do INSS (R\$ 3.916,20) para os admitidos após o novo regime.

Os convidados da audiência de ontem questionaram a insegurança de quem contribuirá durante anos sem saber ao certo quanto receberá depois de aposentado, já que os benefícios vão variar conforme o retorno das aplicações feitas pelo fundo.

— O que estará previamente definido será a contribuição, não o valor do benefício, que dependerá da rentabilidade. Para o servidor, é um negócio de risco. Vai trabalhar a vida toda e orar para que mudanças no humor do mercado financeiro não transformem seu dinheiro em pó. Este projeto, na verdade, beneficia bancos e investidores — argumentou o presidente da Associação



Observada por Paim e outros debatedores, Maria Lucia Fattorelli alerta que fundos de pensão estão quebrando no mundo todo

Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Álvaro Sólón de França.

Sólón afirmou que o alegado déficit de R\$ 50 bilhões da Previdência é uma “falácia”: R\$ 25 bilhões são uma dívida histórica, que deriva do pagamento de aposentadorias e pensões dos militares, ex-servidores do Distrito Federal e dos antigos territórios. Outra parte da dívida decorreu da inclusão de 900 mil trabalhadores regidos pelo sistema da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no regime único do servidor público, no governo Collor.

Má gestão

O presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Pedro Delarue, advertiu para casos de má gestão

dos recursos de outros grandes fundos no Brasil e no exterior.

— O histórico dos fundos no Brasil mostra uma sucessão de rombos, quebras e problemas de gestão, e o projeto não acena com proteção aos trabalhadores — opinou.

Ele citou um conjunto de fundos de previdência de empresas estatais que são ou já foram deficitários, como o dos empregados da Petrobras, a Petros, que foi socorrida com aportes do governo.

— Não é verdade que os fundos são autossustentáveis e que, no final, o servidor terá sua renda garantida na aposentadoria — alertou.

Além disso, para os expositores, a Funpresp não poderia ser uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, como proposto. O fundo

deveria ter natureza pública, com servidores de carreira participando das decisões.

— Se o INSS é uma autarquia de natureza pública, responsável por gerir os benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada, por que os servidores públicos civis serão geridos por uma entidade de direito privado? — indagou Delarue.

A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, questionou o sentido de avançar com a criação de fundos de pensão no Brasil, quando “no mundo todo eles estão quebrando”. Ela argumentou que o grave problema das contas do país não é a Previdência, e sim a dívida pública, que supera R\$ 3 trilhões, ou seja, 78% do PIB, e consumiu 45% do Orçamento federal em 2011.

Debatedores apontam equilíbrio financeiro na previdência pública

Além de Sólón, outros debatedores também questionaram o déficit no sistema previdenciário público, como apresentado pelo governo. Para a procuradora regional da República Zélia Pierdoná, desde 2003, após sucessivas mudanças na legislação, os números apontam para um equilíbrio financeiro do sistema. O déficit existente hoje seria resultado de sistemas passados que já não se aplicam aos servidores que ingressaram nos últimos anos.

— Querem que só os novos servidores paguem a conta de erros anteriores. Só que eles não têm culpa de generosidades e privilégios concedidos no passado e que agora são direitos

adquiridos — afirmou.

O presidente do Fórum Nacional de Advocacia Pública Federal, Allan Nunes, acrescentou que, quando o governo fala em rombo crescente na Previdência, está incluindo benefícios assistenciais que não deveriam fazer parte do cálculo. Opinião semelhante tem o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy:

— Benefício previdenciário é uma coisa; assistencial é outra. Só falta o governo incluir o Bolsa Família em seus cálculos. Sem falar que, ao longo da história, o dinheiro da Previdência foi usado para outros fins, inclusive para a construção de Brasília — disse Wedy.

Representantes do governo dizem que projeto não prejudica servidor

O representante do Ministério da Fazenda, Ricardo Pena Pinheiro, argumentou que a mudança é imprescindível para recompor o equilíbrio e garantir a solvência a longo prazo do sistema previdenciário dos servidores, além de dar mais transparência e controle.

Segundo ele, para o servidor é uma vantagem o fundo ser uma entidade pública de direito privado — em vez de autarquia, com as contribuições transitando pelo caixa único do Tesouro.

— Numa situação extrema, o próprio Tesouro poderia se valer daqueles recursos que os servidores estivessem acumulando em suas contas individuais — observou.

O secretário de Políticas de Previdência Complementar

do Ministério da Previdência Social, Jaime Mariz de Faria Júnior, alertou que hoje são necessários quatro servidores da ativa para financiar um aposentado e que, em cinco anos, mais 1,1 milhão de servidores terão alcançado o tempo necessário para se aposentar.

Os representantes do governo afirmaram que o projeto respeita os direitos adquiridos de aposentados e pensionistas e preserva a expectativa de direito de quem está na ativa. Além disso, disseram que estudos garantem que os servidores não serão prejudicados.

— O novo sistema é pior somente para o servidor que quiser ficar pouco tempo no serviço público, mas traz justiça previdenciária, atualmente inexistente — disse Mariz.

Em audiência sobre a situação política da Síria e do Irã, diplomatas e acadêmicos dizem que, com o “vácuo europeu”, o Brasil, defensor da negociação de soluções pacíficas para os conflitos, pode encontrar oportunidades em áreas como cooperação científica

Conciliador, Brasil deve ampliar presença no Oriente Médio

A CRISE POLÍTICA no Oriente Médio pode ser uma oportunidade para que o Brasil, defensor de soluções pacíficas e negociadas para os conflitos locais, amplie sua presença na região. Essa foi uma das principais conclusões do debate realizado ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre a situação política na Síria e no Irã.

A audiência pública contou com a presença do embaixador do Irã, Mohammad Ali Ghanezadeh, de três representantes do meio acadêmico e do subsecretário-geral político 3 do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto.

Ao ser convidado pelo presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), a expor a posição de seu país, o embaixador do Irã disse que, se o Brasil pretende se estabelecer como “poder emergente”, deve participar dos debates das grandes questões internacionais.

Ghanezadeh elogiou o papel desempenhado pelo Brasil e pela Turquia na tentativa de encontrar solução negociada para a crise entre o Irã e as principais potências ocidentais, causada pela possibilidade de o programa nuclear do país resultar na produção de armas atômicas. Ele ressaltou o desenvolvimento científico de seu país ao longo dos últimos anos e defendeu maior cooperação bilateral no setor.

— Em alguns campos existem oportunidades de maior cooperação científica. Temos muitos cientistas trabalhando em campos como biotecnologia, nanotecnologia e ciências aeroespaciais. A cooperação poderia ser muito proveitosa para o Brasil — sugeriu.

Na opinião do pesquisador Jorge de Souza Morteau, da Universidade de São Paulo (USP) e da Escola de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Irã, o Brasil tem uma boa chance de preencher o “vácuo europeu”, ou seja, a grande redução de relações entre União Europeia e Irã por causa do programa nuclear iraniano. Morteau afirmou que existe atualmente uma “grande fuga de cérebros” do Irã, de onde têm saído de 10 mil a 13 mil



Williams Gonçalves, Andrade Pinto, Fernando Collor, Márcio Scalercio e Jorge Morteau (D) na CRE

pesquisadores por ano.

— São técnicos altamente qualificados. O Brasil poderia receber parte desses cientistas, de áreas como nanotecnologia e química — afirmou.

Apoio ao povo sírio

Ao comentar a crise política da Síria, Collor disse que a comissão apoia as “legítimas aspirações do povo sírio por maior participação política, repudia a violência contra manifestantes desarmados e espera solução pacífica para a crise, por meio de um processo político inclusivo, liderado pelos próprios sírios”. O conflito já provocou a morte de mais de 9 mil pessoas, segundo o Observatório Sírio dos Direitos Humanos. O regime do presidente sírio Bashar al-Assad não reconhece os protestos, que tiveram início com revolta popular em 15 de março do ano passado, e classifica os opositores e os soldados desertores como grupos terroristas.

Representante do governo brasileiro na audiência, Andrade Pinto afirmou que o Brasil pretende manter a tradição de promover o diálogo e, ao mesmo tempo, adotar o que chamou de “princípio da não indiferença”. O diplomata observou que a constituição recentemente adotada pela Síria ainda tem “muitos elementos de autoritarismo” e que o Brasil, apesar de pregar a paz, não é ingênuo e tem criticado os atos

de violência ocorridos naquele país.

— É preciso chamar os países de boa vontade e estabelecer um local onde oposições e governo possam conversar. É necessário fortalecer a democracia, mas não podemos ser lenientes quando a violência atinge situações que deixam qualquer ser humano tocado — disse.

O professor Márcio Scalercio, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), observou que existe na Síria um “tipo de guerra civil”, onde o governo tem clara superioridade militar e a oposição é muito dividida. Mesmo que houvesse uma derrota dos aliados de Bashar al-Assad, alertou, não haveria garantia de governo estável naquele país.

O professor de pós-graduação em Relações Internacionais Williams da Silva Gonçalves, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), elogiou os esforços da diplomacia brasileira de buscar soluções negociadas para os conflitos no Oriente Médio.

— A ordem internacional democrática que nós desejamos não comporta intervenções militares. O poder deve ser usado para o diálogo — sustentou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também defendeu os esforços diplomáticos no Oriente Médio para evitar a eclosão de possíveis guerras — envolvendo, por exemplo, o Irã — que seriam capazes de produzir “incontáveis mortes”.

Sarney e Jobim conversam sobre pacto federativo

O presidente do Senado, José Sarney, receberá hoje, às 10h30, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim, que presidirá comissão especial de notáveis destinada a discutir novo pacto federativo.

Composto de 14 integrantes, entre juristas, economistas e cientistas políticos, o colegiado tem prazo inicial de 60 dias para rever as relações entre União, estados e municípios, estabelecer mecanismos para evitar a guerra fiscal, propor nova distribuição de recursos para os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), apresentar soluções para tornar mais

eficiente o sistema tributário e analisar questões políticas relacionadas a esses temas.

Os resultados dos trabalhos serão apresentados em relatório, do qual poderão fazer parte anteprojetos de lei.

A atividade dos participantes não será remunerada, mas a comissão terá o apoio do Senado e poderá utilizar a estrutura da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), solicitar estudos, informações e serviços à Consultoria Legislativa e realizar audiências públicas com a participação da sociedade.

Além de Nelson Jobim, integram a comissão Bernard Appy, João Paulo

dos Reis Velloso, Everardo Maciel, Ives Gandra Martins, Adib Jatene, Luís Roberto Barroso, Michal Gartenkraut, Paulo de Barros Carvalho, Bolívar Lamounier, Fernando Rezende, Sérgio Prado, Marco Aurélio Marrafon e Manoel Felipe Rêgo Brandão.

No início de 2012, na abertura do ano legislativo, Sarney havia listado o estudo das relações federativas como uma das prioridades da Casa. Para Pedro Taques (PDT-MT), que sugeriu a criação da comissão, reformas e adaptações são imprescindíveis diante de um quadro de competição predatória e nada cooperativa entre os entes federados.

Senadores discutiram em Sergipe ações de desenvolvimento

Integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) estiveram em Sergipe para debater com representantes dos governos federal e local ações para o desenvolvimento do estado. A visita é iniciativa da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste, vinculada à CDR e presidida por Wellington Dias (PT-PI).

O propósito dos senadores é aprofundar o debate entre a União, o Executivo local e o Legislativo sobre as demandas da região e os projetos em execução por essas esferas do poder público. Para Benedito de Lira (PP-AL), a discussão nos estados é fundamental para tratar do desenvolvimento do Nordeste.

— É a oportunidade de conhecermos as iniciativas em andamento em todas as instâncias, ouvir as demandas da população local e propor projetos que realmente ajudem a melhorar e acelerar o crescimento econômico e social dos estados nordestinos — explicou.

Em Sergipe, o tema em debate foi “Bacia de irrigação, Canal Xingó, turismo e cultura, a partir das conclusões de estudos de viabilidade econômica realizados pelo Banco do Nordeste”.

As sugestões apresentadas pela sociedade foram registradas para subsidiar o trabalho da subcomissão na proposição de políticas para o desenvolvimento local.

Paulo Paim debate uso da água e elogia iniciativas da ANA

Nesta quinta-feira será comemorado o Dia Internacional da Água, lembrou Paulo Paim (PT-RS). O senador destacou que, na semana passada, foi realizado o 6º Fórum Mundial da Água, em Marselha, França. O evento reuniu mais de 20 mil pessoas, entre líderes políticos, representantes de governos, ONGs, cientistas e profissionais ligados à área.

Representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) presentes ao evento defenderam a criação de conselho de desenvolvimento sustentável que inclua o tema da água no âmbito das Nações Unidas, informou Paim. Segundo ele, o governo brasileiro defende a criação de aliança para a gestão global da água, a ser debatida na Rio+20.

O senador acrescentou que, em 2011, a ANA apresentou o relatório *Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil*, que levou à criação de uma “sala de situação” na agência com o principal objetivo de acompanhar as tendências hidrológicas no território nacional e permitir a adoção antecipada de medidas que diminuam os efeitos das secas e das inundações. Paim ainda defendeu a aprovação da PEC 5/11, garantindo aos servidores que ingressaram no serviço público até a publicação da Emenda Constitucional 20/98 o direito à aposentadoria por invalidez com integralidade.